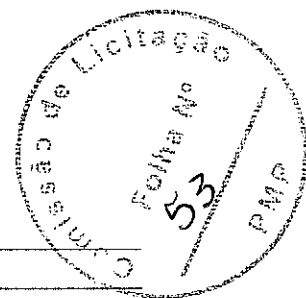


**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 20181119.01-PE

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de **Pindoretama/CE**, por intermédio da **Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social**, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob a regência de seu Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, instituídos pela Portaria n.º **16 de 02 de Janeiro de 2018**, para atendimento do objeto desta licitação, na forma da Lei n.º 10.520 de 17.07.2002, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666 de 21.06.1993, Lei Complementar n.º 123 de 14.12.2006, Lei Complementar n.º 147 de 07.08.2014, as demais normas regulamentares aplicáveis à matéria, e as condições estabelecidas neste Edital e seu(s) Anexo(s).

<i>Órgão Gerenciador:</i>	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
<i>Órgão(s) Participante(s):</i>	-
<i>Data e Hora de Início de Recebimento das Propostas:</i>	29/11/2018 - 09h00m
<i>Data e Hora de Término de Recebimento das Propostas:</i>	11/12/2018 - 08h00m
<i>Data e Hora da Disputa de Lances:</i>	11/12/2018 - 09h00m
<i>Local da Sessão:</i>	www.bll.org.br (acesso identificado no link – licitações)
<i>Referência de Tempo:</i>	Horário Oficial de Brasília-DF
<i>Tipo de Licitação:</i>	Menor Preço por Item
<i>Regime de Execução:</i>	Indireta Empreitada por Preço Unitário
<i>Pregoeiro Oficial</i>	José Joacilho Aires Albino

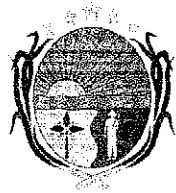
GLOSSÁRIO

↪ Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

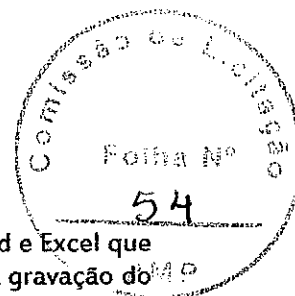
↪ Sempre que as palavras ou siglas indicadas abaixo aparecerem neste documento de Edital, ou em quaisquer de seus anexos, terão os seguintes significados:

- * **PMP:** Prefeitura Municipal de **Pindoretama/CE**;
- * **ME/EPP:** Micro empresa / Empresa de Pequeno Porte;
- * **DOE/DOU:** Diário Oficial do Estado / Diário Oficial da União;
- * **TCE:** Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- * **BLL:** Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, órgão provedor do sistema, entidade conveniada com esta municipalidade, mediante Termo de Apoio Técnico-Operacional em vigor;
- * **RFB:** Receita Federal do Brasil.

↪ O presente Edital e todos os seus anexos estão acessíveis a quem interessar junto ao Setor de Licitações localizado no endereço constante do preâmbulo deste edital, onde serão fornecidos



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



GRATUITAMENTE, em arquivos compatíveis com os Softwares PDF, Auto-Cad, Word e Excel que se fizerem necessários. Na ocasião o interessado deverá trazer um Pen Drive para a gravação do mesmo, onde terá um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, após o recebimento, para efetuar, por escrito, qualquer reclamação pertinente à falha na gravação dos arquivos ou poderá adquiri-lo nos endereços: <http://municipios.ce.gov.br/licitacoes/> / www.bll.org.br.

✎ O certame será realizado por meio do aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL: www.bll.org.br.

✎ O endereço para o envio de documentações será na Sede da Prefeitura à **Rua Juvenal Gondim, n.º 221, Centro, CEP: 62.860-000 - Pindoretama/CE**.

CONDIÇÕES

1.0 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como objeto a **Contratação para o fornecimento, sob demanda, de alimentação (tipo lanche), neste compreendidos alimentos prontos, in natura e bebidas, destinados a realização dos encontros e oficinas necessários ao desenvolvimento das ações socioeducativas, para atender as necessidades da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, para ano de 2019 no Município de Pindoretama/CE.**

2.0 - DA PARTICIPAÇÃO, CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que explorem o ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e ainda, previamente credenciadas perante a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, até 01(um) dia antes da data de realização do pregão, mediante atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias), e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horários estabelecidos no preâmbulo deste edital.

2.2 - Está vedada a participação de interessados que não estejam estabelecidos no País.

2.3 - Está vedada a participação de empresas em processo de falência ou recuperação judicial, sob concursos de credores, em dissolução ou em liquidação.

2.4 - Está vedada a participação de interessados declarados inidôneos para licitar e contratar com o poder público suspensas de participar de licitações realizadas pela Administração Pública, ou reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.5 - Quando um dos sócios, representantes ou responsáveis técnicos da Licitante participar de mais de uma empresa e que esses estejam participando diretamente do objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório.

2.5.1 - Caso ocorra à identificação, constante do item acima, quando verificada após a abertura dos envelopes de HABILITAÇÃO, tornará inabilitada as referidas empresas, pois o fato implica na quebra do sigilo das propostas, contrariando o observado no art. 3º da Lei 8.666/93.

2.6 - É expressamente vedada a participação direta ou indireta de servidores ou agentes políticos deste município ou, ainda e especialmente que sejam membros da comissão de licitação.

2.7 - Caberá ao interessado acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



2.8 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (41) 3042-9909 ou através de uma corretora de mercadorias associada. A relação completa das corretoras de mercadorias vinculadas a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL poderá ser obtida no site www.bll.org.br, acesso "corretoras".

2.9 - A Licitante deverá estar credenciada, através da corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL por ele indicada, junto à respectiva CRO - Central Regional de Operações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

2.10 - O CREDENCIAMENTO da Licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato, outorgando à corretora associada, por meio de seu operador, devidamente credenciado junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, poderes específicos de sua representação no pregão;

b) DECLARAÇÃO de conhecimento e concordância de todas as cláusulas do Presente Edital de Pregão e pleno cumprimento com todos os requisitos de habilitação. *(MODELO EM ANEXO)*.

2.11 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da Licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.12 - A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

2.13 - Incumbirá ainda, a Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.14 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

2.15 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações", constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL: www.bll.org.br.

2.16 - As empresas, cooperativas, pessoas jurídicas e as sociedades simples interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.10 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

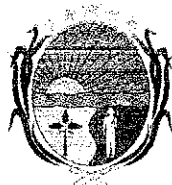
2.17 - A participação da Licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio de corretora contratada para representá-lo, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.18 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome da licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.19 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL.

2.20 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.21 - A licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento através de uma corretora de mercadorias associada, ou diretamente no site da Bolsa. No caso de optar pelo



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



credenciamento por corretora, a relação completa daquelas vinculadas à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL poderá ser obtida no site www.bll.org.br – acesso “corretoras” até no mínimo 01 (uma) hora antes do horário fixado no edital para o término do recebimento das propostas.

2.22 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo da licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade.

2.23 - Nas licitações promovidas por órgãos públicos a(s) licitante(s) vencedora(s) estará(o) sujeita(s) ao pagamento de taxa de utilização do Sistema Eletrônico de Licitações, no percentual de 1,5% (hum vírgula cinco por cento) do valor total do item/lote vencedor do certame, sendo limitado ao valor máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por item/lote, devendo ser pago até 60 (sessenta) dias após a adjudicação.

2.24 - O pagamento da taxa de utilização do Sistema Eletrônico de Licitações ficará condicionado à comprovação, por parte da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, através da apresentação de demonstrativos contábeis detalhados e atualizados ao ente municipal, de que a referida taxa é utilizada exclusivamente para a operacionalização e manutenção do mencionado sistema eletrônica.

2.25 - A taxa de utilização de Sistema constitui receita exclusiva da Bolsa para ressarcimento dos custos de desenvolvimento, atualização e manutenção do Sistema e não representa emolumentos ou tarifação pela prestação de serviços, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº. 10.520/2002.

2.26 - As corretoras que participarem como representantes de licitantes perante o Sistema poderão negociar livremente a cobrança de outros valores a título de corretagem pelos serviços prestados.

2.27 - A Licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente ou através de corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL por ele indicada, junto à respectiva CRO - Central Regional de Operações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

2.28 - Em cumprimento ao tratamento jurídico diferenciado às microempresas ou empresas de pequeno porte, e as Cooperativas enquadradas nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, estabelecido pela Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/14, **esta licitação está destinada EXCLUSIVAMENTE** à participação destas (*Inciso I do Art. 48 Lei 147*), desde que haja um número mínimo de 3 (três) concorrentes para cada objetivo (*Inciso II do Art. 49 Lei 123*).

2.28.1 - Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado as microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nas condições previstas no § 4º do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.0 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

3.1 - A licitante, deverá importar para o aplicativo “Licitação” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL: www.bll.org.br, proposta de preços do(s) item(ns)/lote(s) de seu interesse, em formulário específico, até a data e horário designados para o término de recebimento das mesmas, previstos neste edital.

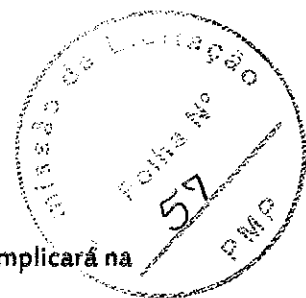
3.2 - No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, serem informadas nos campos próprios todas as especificações necessárias em relação aos produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do produto.

3.3 - Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas por eles apresentadas, até o término do prazo para recebimento.

3.4 - Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



3.5 - A inserção de arquivo(s) contendo qualquer INFORMAÇÃO da EMPRESA implicará na desclassificação imediata da mesma.

4.0 – ORIENTAÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com as informações sugeridas no formulário específico extraído do site da BLL contendo os seguintes requisitos:

5.1.1 - A licitante não poderá cotar proposta com quantitativo inferior ao determinado pelo edital.

5.1.2 - Os preços deverão ser expressos em reais, com até 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários e globais, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

5.1.3 - Propor preço já incluindo todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros atinentes ao objeto.

5.1.4 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo da Licitante vencedora do certame, que pagará à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), com teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por item/lote adjudicado, do valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação.

5.1.5 - O preço cotado deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo estabelecido pela Administração, e, em caso de lote, composto de itens, o preço unitário do item deverá ser igual ou inferior àquele limite. Caso não seja realizada a fase de lances, o licitante que cotou na proposta escrita o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo estabelecido.

5.1.5.1 – O preço de que trata o limite máximo estabelecido pela Administração, estará disponível nos autos do processo licitatório, com vistas franqueadas aos interessados no endereço constante do preâmbulo deste edital.

5.0 – DA FASE DE LANCES

5.1 - O pregoeiro dará início à etapa competitiva no horário previsto no preâmbulo deste edital, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances, que deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico e serão apreciados em face ao tipo de licitação designado.

5.2 - Para efeito de lances será considerado o valor unitário do item.

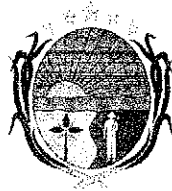
5.3 - Na fase de lances, o lance final deverá atingir preço igual ou inferior ao limite máximo constante no Termo de Referência no Anexo I do Edital e caso o lote cotado seja composto de itens, o preço unitário do item deverá ser igual ou inferior àquele limite. Caso não seja realizada a fase de lances, a Licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor igual ou inferior ao limite máximo do referido Termo de Referência.

5.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

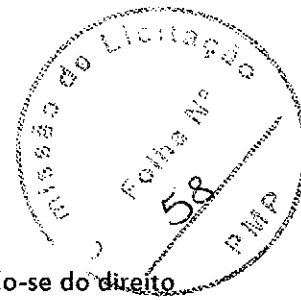
5.5 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

5.6 - A etapa de lances terá o tempo inicial de disputa de 05 (cinco) minutos, seguida do tempo randômico, que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico.

5.7 - Transcorrido o tempo randômico, o sistema detectará a existência de situação de empate ficto. Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que ofertou lance de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço da arrematante que não se enquadre nessa situação de empate, será convocada



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



pelo pregoeiro, na sala de disputa, para, no prazo de 05 (cinco) minutos, utilizando-se do direito de preferência, ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado, sob pena de preclusão.

5.7.1 - Não havendo manifestação da Licitante, o sistema verificará a existência de outro em situação de empate, realizando o chamado de forma automática.

5.7.2 - Não havendo outra situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao pregoeiro dar por encerrada a disputa.

5.8 - O sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

6.0 - DO CONTEÚDO DA HABILITAÇÃO

6.1 - A Habilitação deverá conter os documentos devidamente autenticados em cartório competente, conforme relação a seguir, excetuando-se aqueles emitidos via internet. Sugestivamente numerados sequencialmente.

6.1.2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1.1.1 - Cédula de Identidade do(s) Administrador(res);

6.1.1.1.2 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial da sede da licitante;

6.1.1.1.3 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social Consolidado em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1.1.4 - Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício;

6.1.1.1.5 - Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro de Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.1.1.1.6 - Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

a. Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;

b. Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa; (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;

c. Ata de fundação da cooperativa;

d. Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;

e. Regimento interno com a Ata da assembleia que o aprovou;

f. Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;

g. Editais das 03 últimas assembleias gerais extraordinárias.

6.1.1.2 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

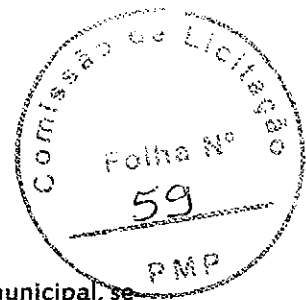
6.1.1.2.1 - Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, estando dispensadas da presente exigência as cooperativas enquadradas nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007.

6.1.1.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.1.1.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ devidamente ativa;



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



6.1.1.3.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.1.1.3.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.1.1.3.4 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

6.1.1.3.4.1 - No caso de Cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados, para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

a. **DECLARAÇÃO** constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

b. **ATA DA SESSÃO** em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

c. **RELAÇÃO DOS COOPERADOS** que produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

6.1.1.3.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.1.1.3.6 - Declaração para fins de cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 9.854, de 27-10-1999, publicada no DOU de 28.10.1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. *(MODELO EM ANEXO)*.

6.1.1.4 – OUTRAS DISPOSIÇÕES

6.1.1.4.1 - Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte e da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período (desde que solicitado/justificado pela licitante e aceito pela administração), conforme dispõe a Lei Complementar nº 147/2014 que alterou a Lei Complementar nº 123/2006.

6.1.1.4.2 - A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao proponente convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

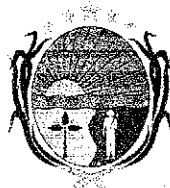
6.2 – ORIENTAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO

6.2.1 - A licitante deverá nos documentos exigidos neste instrumento convocatório, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto da presente licitação.

6.2.2 - Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de inscrição na RFB, ressalvando-se aqueles que o próprio órgão emissor declara expressamente que ele é válido para todos os estabelecimentos - sede e filiais - da licitante.

6.2.3 - Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos deverão ser da matriz, se de alguma filial, todos deverão ser da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e filial. Caso a licitante seja vencedora, o termo equivalente à contratação será celebrado com a sede que apresentou a documentação;

6.2.4 - Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



serão considerados se forem acompanhados da versão em português firmada por tradutor juramentado PMP

6.2.5 - Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope, não sendo admitido posteriormente, o recebimento de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos já entregues ao Pregoeiro.

6.2.6 - O Pregoeiro poderá também solicitar originais de documentos já autenticados, para fim de verificação, sendo a licitante obrigada a apresentá-los no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados a partir da solicitação, sob pena, de não o fazendo, ser inabilitada.

6.2.7 - Apresentar documentação dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão.

7.0 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

7.1 - Os interessados nesta licitação deverão estar credenciados previamente na Bolsa de Mercadorias até 01 (um) dia antes da data e hora de apresentação das propostas constante do preâmbulo deste edital. No limite ali mencionado, a Licitante apresentará declaração, constando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

7.2 - A partir da hora e data previstos no edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico pelo Pregoeiro com a divulgação das propostas de preços recebidas, analisadas a conformidade das mesmas com as especificações técnicas e demais exigências constantes do edital, excetuando-se a análise de preços, que dar-se-á posteriormente, decidindo motivadamente a respeito, e procedendo a classificação exclusivamente daquelas que tenham atendido às exigências deste edital.

7.3 - Os lances serão apresentados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de forma sucessiva e em preços distintos e decrescentes.

7.4 - Serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance ofertado de qualquer licitante, bem como valores inferiores ao lance já registrado da própria Licitante e que seja diferente de qualquer lance válido e anteriormente registrado no sistema.

7.5 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.6 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.7 - A etapa de lances da sessão pública (tempo normal), com tempo fixado em 05 (cinco) minutos para o lote, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico (tempo randômico), findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.8 - Devido à imprevisão de tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

7.9 - Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.



PREFEITURA DE
PINDORETAMA
Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social



7.10 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.11 - A desistência de apresentação de lance por parte de licitante convocado pelo Pregoeiro implica na exclusão do mesmo da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado por ele, para efeito de ordenação das propostas.

7.12 - Caso não se realize lances, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante classificada em primeiro lugar para que seja obtido preço melhor.

7.13 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando ao Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.14 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando, a data e hora da reabertura da sessão.

7.15 - Declarada encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade das ofertas no que se refere à exequibilidade do valor e classificará a(s) proposta(s) na ordem crescente dos valores ofertados.

7.16 - Quando for constatado o empate ficto, conforme estabelecem os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, o Pregoeiro aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, da seguinte forma:

7.16.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

7.16.2 - Para efeito do disposto no 7.16.1, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de cinco minutos, sob pena, de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.16.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também todos no prazo de cinco minutos cada, sob pena de preclusão;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 7.16.1 deste Edital, será realizado sorteio para definir aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.16.3 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 7.16.2 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.16.4 - O disposto no item 7.16.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

7.17 - Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ele não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

7.18 – Após todos os trâmites de negociação de preços, a proposta de preços readequada e toda a documentação de habilitação, conforme relação prevista neste Edital, do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar **DEVERÁ SER REMETIDA EM ATÉ 01 (UMA) HORA**, contada do encerramento da sessão de disputa, exclusivamente no e-mail licitacao@pindoretama.ce.gov.br,



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



ocasião em que será verificada a plena habilitação da licitante em conformidade com o exigido no presente edital.

7.19 – Posteriormente a Proposta de Preços com os valores readequados ao menor lance e a Documentação de Habilitação, obedecendo a todas as exigências editalícias, deverão ser entregues em conformidade com o exigido no presente edital, **EM ATE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS** na Sede da Prefeitura Municipal - Central de Licitações, no endereço constante do glossário deste edital, para empresas sediadas no estado do Ceará, ou postadas nos Correios, no mesmo período, para empresas sediadas fora estado do Ceará, sendo estes prazos contados do encerramento da sessão de disputa.

7.20 - O não cumprimento da entrega da documentação, dentro dos prazos anteriormente estabelecidos, acarretará desclassificação/inabilitação, sendo convocada a Licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

7.21 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora, e os presentes à sessão serão comunicados.

7.22 - Caso a Licitante desatenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro solicitará os documentos de habilitação da Licitante classificada em segundo lugar, que deverá encaminhá-los imediatamente via e-mail, na mesma forma do item 7.19 e, assim sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital, podendo ainda o Pregoeiro negociar diretamente com este, para que seja obtido preço melhor, sendo o mesmo declarado vencedor do certame.

7.23 - Em seguida, o Pregoeiro solicitará dos licitantes a manifestação sobre a intenção de interpor recurso que somente poderá ser promovida via sistema eletrônico, imediatamente após a declaração, do(s) licitante(s) considerado(s) vencedor(es), também via sistema, pelo Pregoeiro. Caso todos os licitantes declinem desse direito, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao(s) vencedor(es). Havendo manifestação de recurso, esta será feita com registro em sistema/ata da síntese das razões do recorrente.

7.24 - A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito ao recurso. Assim, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao vencedor e a Autoridade Superior homologará a adjudicação.

7.25 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.26 - Decididos os recursos a Autoridade Superior homologará o julgamento do pregão e adjudicará o objeto ao vencedor.

7.27 - Caso a Autoridade Superior, não esteja conectada para homologação e/ou adjudicação, a sessão será suspensa e a qualquer momento esses atos serão procedidos, devendo os interessados constantemente consultar o sistema.

7.28 - Ao Pregoeiro é facultado suspender qualquer sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar sua reabertura para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na ata dos trabalhos.

7.29 - O Pregoeiro poderá, para analisar as propostas de preços, os documentos de habilitação e outros documentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligências a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

7.30 - Todos os procedimentos do Pregoeiro e dos licitantes durante as sessões serão registrados em ata divulgada no sistema eletrônico, inclusive a indicação do(s) licitante(s) vencedor(es), a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública virtual do pregão.

7.31 - O Pregoeiro retornará às atividades de seleção de melhor proposta e convocará outra Licitante, observada a ordem de qualificação e classificação, para verificar as suas condições de habilitação e celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.32 - No caso de decretação de feriado que coincida com a data designada para entrega das propostas esta licitação realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



mesmo local, podendo, no entanto, o Pregoeiro definir outra data, e horário, fazendo a publicação e divulgação na mesma forma adotada inicialmente.

7.33 - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, é facultado ao Pregoeiro fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis, para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que ocasionaram a inabilitação/desclassificação.

7.34 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

8.0 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

8.1 - No julgamento das propostas e lances verbais, o Pregoeiro levará em consideração o tipo de licitação que é menor preço.

8.2 - Será considerada vencedora a licitante que, classificada e qualificada, tendo participado da etapa de lances, se houver, apresente o menor valor e atenda às exigências de habilitação deste edital.

8.3 - Na análise das propostas, havendo divergência entre o valor numérico e por extenso, prevalecerá o correto em equivalência ao estimado.

8.4 - No caso de divergências de valores resultantes da multiplicação entre as quantidades ofertadas e preços unitários, bem como os erros de soma, o Pregoeiro procederá à correção, e considerará o novo valor obtido.

8.5 - Não serão levadas em consideração, vantagens não previstas neste edital.

8.6 - A falta de data ou assinatura na proposta poderá ser suprida no ato da entrega, pelo representante legal com poderes para esse fim.

8.7 - Serão desclassificadas, preliminarmente, para a etapa de lances, as propostas de preços escritas que:

a. Não atendam às exigências preconizadas no presente edital.

8.8 - Serão desclassificadas na fase de lances, as licitantes qualificadas que apresentem:

a. Preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a comprovar através de documentos sua viabilidade.

8.9 - Será desclassificada ainda a licitante que:

a. Sendo, o único participante do certame cote preço em desconformidade com a realidade mercadológica e recuse-se a reduzi-lo.

8.10 - Depois de iniciada a sessão virtual, a proposta se acha vinculada ao Processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte da proponente, estando automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.

8.11 - O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste tópico do Edital implicará na desclassificação da licitante.

9.0 - DOS RECURSOS:

9.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, de forma motivada, a intenção de interpor recurso em campo próprio do sistema, quando, conforme o caso lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término da sessão virtual, para apresentação das razões por escrito, devidamente protocolada na Sede da Prefeitura - Central de Licitações, no endereço constante do glossário deste edital. Os demais licitantes ficam desde logo convidados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

9.2 - A falta de manifestação, conforme o subitem 9.1 deste edital importará na decadência do direito de recurso.



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



9.3 - Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

9.4 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

9.5 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

9.6 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento aos licitantes no sistema eletrônico.

10.0 - DA ADIUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - O objeto da licitação será adjudicado à licitante declarada vencedora, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

10.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório;

10.3 - A autoridade superior desta licitação se reserva o direito de não homologar a presente Licitação, no interesse da Administração e mediante fundamentação escrita, sem que caiba qualquer das licitantes o direito de reclamação ou indenização.

11.0 - DO CONTRATO

11.1 - Encerrado o procedimento licitatório, será celebrado Instrumento de Contrato, conforme minuta anexa ao presente Edital, que deverá ser assinado pelas partes no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de recebimento da convocação encaminhada à licitante vencedora;

11.2 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;

11.3 - A vigência do contrato ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário, iniciando com a sua assinatura, e findando em 31 de dezembro do exercício que for firmado, nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93, ou quando esgotado o quantitativo licitado;

11.4 - Se a Adjudicatária injustificadamente recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada ordem de classificação, para, depois de feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.5 - A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por Agente Público especialmente designado para este fim pela Unidade Gerenciadora da Licitação, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

12.0 - DA SUBCONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

12.1 - Serão aceitas subcontratações de outros bens e serviços para a execução do contrato original até o limite de 20% (vinte por cento) do valor contratado. Contudo, em qualquer situação, a CONTRATADA é a única e integral responsável pela execução global do contrato.

12.2 - Em hipótese nenhuma, haverá relacionamento contratual ou legal da CONTRATANTE com os subcontratados.

12.3 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utilização de subcontratações por razões técnicas ou administrativas, visando unicamente o perfeito cumprimento do contrato.



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



13.0 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 - As obrigações da Contratante são aquelas arroladas na Minuta Contratual, anexo deste edital.

14.0 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 - As obrigações da Contratada são aquelas arroladas na Minuta Contratual, anexo deste edital.

15.0 - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na Minuta Contratual, anexos deste edital.

16.0 - DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado proporcionalmente à execução do serviço, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada;

16.2 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.3 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo Art. 12º da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime;

16.4 - O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por Cheque Nominal;

16.5 - A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato;

16.6 - A Liberação do pagamento fica condicionada à apresentação de documentos em originais, xerocópia acompanhadas dos originais ou de xerocópia autenticada, da regularidade para com as Fazendas Federal (CND Tributos Federais), Estadual (CND Tributos Estaduais), Municipal (CND Tributos Municipais) e Trabalhista (CND Trabalhista);

16.7 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação por qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

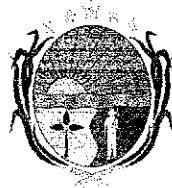
17.0 - DA DESPESA

17.1 - As despesas decorrentes da execução do serviço correrão à conta do Orçamento Geral do Município, na classificação orçamentária abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	ELEMENTO DE DESPESAS	ORIGEM DOS RECURSOS
0801.08.244.0202.2061 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica.	33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	1311000000

18.0 - DO REAJUSTAMENTO

18.1 - Será permitido o reajustamento do valor contratual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do Contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste, podendo, a critério da Autoridade Superior, ser feito por simples apostila, em conformidade com o § 8º, do Art. 65, da Lei 8.666/93.



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



19.0 - DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do Art. 65, Inciso II, Alínea "d", da Lei 8.666/93.

20.0 - DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1 - A critério da Administração e conforme o caso poderá ser exigido prestação de garantia para esta contratação visando à segurança da execução do contrato e eventuais alterações.

21.0 - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 - As penalidades estão previstas na Minuta do Contrato anexa a este edital.

22.0 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO:

22.1 - ESCLARECIMENTO:

22.1.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital e seus anexos, deverão ser enviados para o Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores a data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente através do meio eletrônico: licitacao@pindoretama.ce.gov.br, identificando o número do pregão.

23.2 - IMPUGNAÇÃO:

23.2.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, mediante petição por escrito, protocolizada, na sala de licitações da Prefeitura, situada no endereço constante do preâmbulo deste edital;

23.2.2 - No caso de acolhimento da petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas;

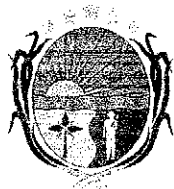
23.2.3 - Não serão acolhidas as impugnações imotivadas, apresentadas intempestivamente e/ou subscritas por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pela licitante, e ainda as enviadas por fax símile e e-mail.

24.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 - Todas as declarações exigidas neste edital deverão ser assinadas por representante legal da licitante.

24.2 - Os anexos oferecidos pela administração são apenas para orientação a Licitante não havendo a necessidade de serem reproduzidos exatamente iguais, bastando não comprometer o entendimento do que se exige.

24.3 - O Pregoeiro ou à Autoridade Superior, facultativamente, poderá em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social



24.4 - Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.5 - Não serão considerados motivos para desclassificação as simples omissões (não essenciais) ou erros materiais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos das demais licitantes, sendo a decisão, para tanto, de total consentimento da comissão.

24.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.7 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.8 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

24.9 - Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520 de 2002, da Lei Complementar nº 123 de 2006, da Lei Complementar n.º 147 de 2014, da Lei nº 8.666 de 1993 subsidiariamente.

24.10 - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Pindoretama/CE, com exclusão de qualquer outro.

- Integram este Edital:

*ANEXO I – Termo de Referência.

*ANEXO II – Modelo da Proposta Comercial.

*ANEXO III – Modelo de Declaração de Cumprimento de Habilitação.


*ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME ou EPP ou Cooperativa nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007.

*ANEXO V – Modelo de Declaração que não Emprega Menor de Idade.

*ANEXO VI – Minuta do Contrato.

*ANEXO VII – Justificativa de impedimento da participação de consórcio.

Pindoretama-CE, 23 de Novembro de 2018.


Joana Alves de Aguiar Rodrigues
Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social de Pindoretama


José Joacilino Aires Albino
PREGOEIRO OFICIAL



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20181119.01-PE**

1. OBJETO

1.1 - **Contratação para o fornecimento, sob demanda, de alimentação (tipo lanche), neste compreendidos alimentos prontos, in natura e bebidas, destinados a realização dos encontros e oficinas necessários ao desenvolvimento das ações socioeducativas, para atender as necessidades da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, para ano de 2019 no Município de Pindoretama/CE.**

2. ORGÃO RESPONSÁVEL

2.1 - Prefeitura Municipal de Pindoretama/CE através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 - Os serviços em tela possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços comuns, nos termos do parágrafo único do Art. 1º da Lei Federal nº 10.520/02.

- Considerando que estão entre esses serviços o *Serviço de atenção Integral a Família – PAIF* e os *Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV*, que são organizados por faixa etária (Crianças de até 06 anos; Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos; Adolescentes de 15 a 17 anos e Idosos) e têm como objetivo prevenir possíveis situações de risco da população em geral, visando à melhoria da qualidade de vida;

- Considerando que ambos os serviços são ofertados aos usuários do CRAS, por uma equipe multiprofissional (psicólogos, assistentes sociais, profissionais do SUAS, orientadores sociais, estagiárias de serviços social, entre outros), que desenvolvem diversas atividades, entre elas: palestras, oficinas, reuniões, visitas domiciliares, grupos de convivência etc;

- Considerando que o *PAIF* e o *SCFV* são executados em consonância com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, buscando prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã e que correm por meio do trabalho em grupos ou coletivos e organizam-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária;

- Considerando que o *PAIF* e o *SCFV* são executados pela equipe técnica do CRAS de Pindoretama e que o desenvolvimento desses serviços faz-se necessário a utilização de lanches prontos que serão consumidos durante a realização dos encontros e oficinas, na quantidade e qualidade necessárias ao desenvolvimento das ações socioeducativas.

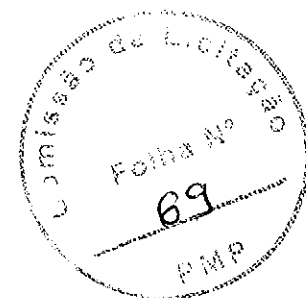
- Portanto, essa Administração busca nas suas atividades administrativas executar serviços de Proteção Social Básica de forma direta no **Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**, através de programas, serviços, projetos e benefícios prestados a famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

4. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 - O recebimento do objeto será feito apenas de forma parcial, quando solicitado pela CONTRATANTE na forma de ordem de fornecimento, obedecendo ao cronograma descrito na mesma.



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



5. CRONOGRAMA DE FORNECIMENTO

5.1 - Os serviços referentes ao objeto desta licitação deverão obedecer o seguinte Cronograma:

- CRONOGRAMA DAS LOCALIDADES ONDE ATUALMENTE FUNCIONAM OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VINCULOS – SCFV E SERVIÇO DE PROTEÇÃO INTEGRAL AS FAMILIAS – PAIF, PARA A ENTREGA DE LANCHES. SUJEITO A ALTERAÇÕES NO DECORRER DO ANO, CONFORME AVALIAÇÃO E ANÁLISE DA EQUIPE TÉCNICA DO CRAS.

Localidade e local de funcionamento do serviço	Serviço	Quantidade de dias por semana	Turno
Pratiús I – Na Escola José Queiroz Ferreira	SCFV - Adolescente	03 vezes por semana	Manhã
Pratiús II – Na Escola Olga Vale Albino	SCFV - Adolescente	03 vezes por semana	Noite
	SCFV - Idoso	01 vez por semana	Tarde
Sítio Ema – Na Associação Do Sítio Ema	SCFV – Idoso	01 vez por semana	Tarde
	SCFV - Adolescente	03 vezes por semana	Noite
Coqueiro do Alagamar - Na Escola Maria Nair Vasconcelos.	SCFV - Adolescente	03 vezes por semana	Noite
Barrocão – No Espaço do SCFV (Px a Joselena)	SCFV – Criança e Adolescente (intergeracional)	03 vezes por semana	Noite
Sítio Correia – Na Escola Pedro Ricardo Da Silva	SCFV - Adolescente	03 vezes por semana	Noite
Capim de Roça – No Espaço do SCFV (px. Sr. Nilo)	SCFV – Idoso	01 vez por semana	Tarde
Sede – No CRAS (Av. Capitão Nogueira, 1150)	SCFV - Criança	02 vezes por semana	Manhã
	SCFV - Criança	02 vezes por semana	Tarde
	SCFV - Idoso	01 vez por semana	Manhã
	SCFV - Idoso	01 vez por semana	Tarde
	SCFV – Adolescente	03 vezes por semana	Noite
	PAIF - Mulheres	01 vez por semana	Tarde
	PAIF - Gestantes	01 vez por semana	Manhã

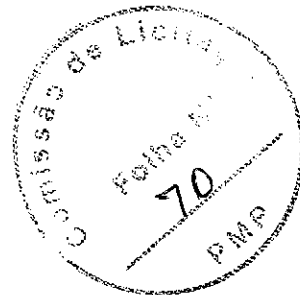
Obs.: Os lanches serão entregues diariamente nas diversas localidades do município (no período da manhã, tarde e noite), conforme demanda e solicitação do CRAS, onde ocorrem as atividades do PAIF e SCFV, e a entrega será de responsabilidade do fornecedor.

Obs.: Os lanches serão entregues nas diversas localidades (acima listadas) do município, nos seguintes horários:

Manhã: 08:00 às 09:00 horas
Tarde: 14:00 às 15:00 horas



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social



Noite: 18:00 às 19:00 horas

- O CRAS enviará cronograma semanal informando os dias das atividades do PAIF e do SCFV, e a entrega será de responsabilidade do fornecedor.

6. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO OBJETO

6.1 - Os serviços referentes ao objeto desta licitação deverão obedecer rigorosamente as seguintes especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO LANCHE	UND	QTD
1	Cachorro Quente com 300g, contendo salsicha, milho, batata palha, molho e embalado, individualmente.	Unidade	4.500
2	Misto Quente com 250g, contendo queijo e presunto e embalado, individualmente	Unidade	4.500
3	Hambúrguer com 300g, contendo carne de hambúrguer, alface e tomate e embalado, individualmente	Unidade	4.500
4	Sopa tipo canja de galinha com 400g, acompanhada de Torradas.	Unidade/Porção	4.500
5	Salada de Frutas variadas (banana, mamão, maçã, abacaxi) com 400g, acondicionada em embalagem individual.	Unidade	4.500
6	Bolo sabores variados, fatia com 120g.	Unidade/Fatia	9.000
7	Torta de Frango, fatia com 250g, embalada, individualmente.	Unidade	4.500
8	Coxinha de frango pesando 20 gramas cada	Unidade	7.000
9	Bolinha de queijo pesando 20 gramas cada	Unidade	7.000
10	Rissole de carne pesando 20 gramas cada	Unidade	7.000
11	Pastel de carne pesando 10 gramas cada	Unidade	7.000
12	Esfirra de frango pesando 20 gramas cada	Unidade	7.000
13	Biscoito Recheado sabor Chocolate, 56g	Unidade	4.500
14	Suco de fruta sabor Maracujá, copo com 300 ml	Unidade/Copo	6.000
15	Suco de fruta sabor Cajá, copo com 300 ml	Unidade/Copo	6.000
16	Suco de fruta sabor Laranja, copo com 300 ml	Unidade/Copo	6.000
17	Refrigerante sabor Cola, copo com 300 ml	Unidade/Copo	6.000
18	Refrigerante sabor Laranja, copo com 300 ml	Unidade/Copo	6.000
19	Refrigerante sabor Guaraná, copo com 300 ml	Unidade/Copo	6.000
20	Refrigerante sabor Uva, copo com 300 ml	Unidade/Copo	6.000

6.2 - Esta licitação foi elaborada contendo 20 (vinte) itens ao todo, sendo todos os itens destinados exclusivamente para ME/EPP/Cooperativa por ter seus valores abaixo de R\$ 80.000,00, o que já compreende o atendimento do percentual para COTA RESERVADA de direito das ME/EPP/Cooperativa em obediência à legislação vigente, desde que haja um número mínimo de 03 (três) concorrentes para cada item (Inciso II do Art. 49 Lei 123), e ainda, apresente a declaração de enquadramento exigida no credenciamento.

7. TIPO DE LICITAÇÃO

7.1 - Menor Preço.



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social



8. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

8.1 - Pregão Eletrônico.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - As obrigações da contratante são aquelas arroladas na Minuta do Contrato anexa a este edital.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - As obrigações da contratada são aquelas arroladas na Minuta do Contrato anexa a este edital.

11. PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado proporcionalmente à execução do serviço, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada;

11.2 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.3 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo Art. 12º da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime;

11.4 - O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por Cheque Nominal;

11.5 - A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato;

11.6 - A Liberação do pagamento fica condicionada à apresentação de documentos em originais, xerocópia acompanhadas dos originais ou de xerocópia autenticada, da regularidade para com as Fazendas Federal (CND Tributos Federais), Estadual (CND Tributos Estaduais), Municipal (CND Tributos Municipais) e Trabalhista (CND Trabalhista);

11.7 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação por qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município do exercício corrente, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESAS	ORIGEM DOS RECURSOS
0801.08.244.0202.2061 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica.	33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	1311000000

13. PENALIDADES

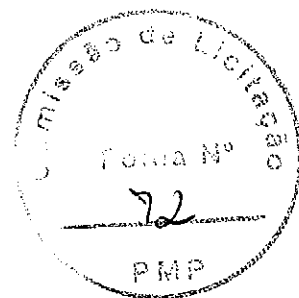
13.1 - O não cumprimento das obrigações da CONTRATADA culminará às penalidades previstas no Edital.

Pindoretama-CE, 23 de Novembro de 2018.

Joana Alves de Aguiar Rodrigues
Joana Alves de Aguiar Rodrigues
Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social de Pindoretama



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social



ANEXO II
MODELO SUGESTIVO DA CARTA PROPOSTA
(colocar em papel timbrado)

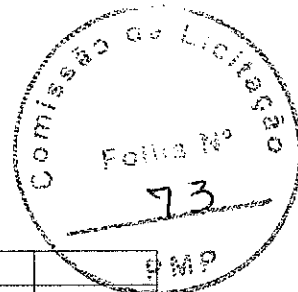
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA/CE.
PROCESSO N.º: 20181119.01-PE.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.
DATA DE ABERTURA: 11/12/2018.
HORARIO DE ABERTURA: 09h00m.

OBJETO					
Contratação para o fornecimento, sob demanda, de alimentação (tipo lanche), neste compreendidos alimentos prontos, in natura e bebidas, destinados a realização dos encontros e oficinas necessários ao desenvolvimento das ações socioeducativas, para atender as necessidades da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, para ano de 2019 no Município de Pindoretama/CE.					

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO LANCHE	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Cachorro Quente com 300g, contendo salsicha, milho, batata palha, molho e embalado, individualmente.	Unidade	4.500		
2	Misto Quente com 250g, contendo queijo e presunto e embalado, individualmente	Unidade	4.500		
3	Hambúrguer com 300g, contendo carne de hambúrguer, alface e tomate e embalado, individualmente	Unidade	4.500		
4	Sopa tipo canja de galinha com 400g, acompanhada de Torradas.	Unidade/ Porção	4.500		
5	Salada de Frutas variadas (banana, mamão, maçã, abacaxi) com 400g, acondicionada em embalagem individual.	Unidade	4.500		
6	Bolo sabores variados, fatia com 120g.	Unidade/ Fatia	9.000		
7	Torta de Frango, fatia com 250g, embalada, individualmente.	Unidade	4.500		
8	Coxinha de frango pesando 20 gramas cada	Unidade	7.000		
9	Bolinha de queijo pesando 20 gramas cada	Unidade	7.000		
10	Rissole de carne pesando 20 gramas cada	Unidade	7.000		
11	Pastel de carne pesando 10 gramas cada	Unidade	7.000		
12	Esfirra de frango pesando 20 gramas	Unidade	7.000		



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social



	cada				
13	Biscoito Recheado sabor Chocolate, 56g	Unidade	4.500		
14	Suco de fruta sabor Maracujá, copo com 300 ml	Unidade/ Copo	6.000		
15	Suco de fruta sabor Cajá, copo com 300 ml	Unidade/ Copo	6.000		
16	Suco de fruta sabor Laranja, copo com 300 ml	Unidade/ Copo	6.000		
17	Refrigerante sabor Cola, copo com 300 ml	Unidade/ Copo	6.000		
18	Refrigerante sabor Laranja, copo com 300 ml	Unidade/ Copo	6.000		
19	Refrigerante sabor Guaraná, copo com 300 ml	Unidade/ Copo	6.000		
20	Refrigerante sabor Uva, copo com 300 ml	Unidade/ Copo	6.000		
			VALOR GLOBAL		

PRAZOS	
Validade da Proposta:	60 (SESSENTA) DIAS.
Prazo de Execução:	31.12.20__.

DADOS DO PROPONENTE			
Razão Social:			
Endereço:			
Cidade:			
CNPJ:		CGF:	
Fone:		E-mail:	

(local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal)

Handwritten signature

Handwritten mark



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



ANEXO III
MODELO SUGESTIVO DE DECLARAÇÃO
(colocar em papel timbrado)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA/CE.
PROCESSO N.º: 20181119.01-PE.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.
DATA DE ABERTURA: 11/12/2018.
HORARIO DE ABERTURA: 09h00m

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A _____, inscrita na RFB sob o nº _____, abaixo subscrito(a), DECLARA que, examinou e concorda com todas as exigências constantes das cláusulas do referido Edital de Pregão em cumprimento pleno com todos os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do envelope "02" – Documentos de Habilitação, em conformidade com o inciso VII, artigo 4º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, para participação do certame licitatório mencionado no preâmbulo desta.

(local e data)

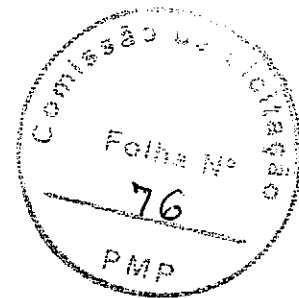
(carimbo e assinatura do representante legal)

Handwritten signature

Handwritten signature



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



ANEXO V
MODELO SUGESTIVO DE DECLARAÇÃO
(colocar em papel timbrado)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA/CE.
PROCESSO N.º: 20181119.01-PE.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.
DATA DE ABERTURA: 11/12/2018.
HORÁRIO DE ABERTURA: 09h00m.

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

A _____, inscrita na RFB sob o nº _____, abaixo subscrito(a),
DECLARA, para fins do disposto no Inciso V, do Art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,
acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de deztoito anos
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva:
emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(local e data)

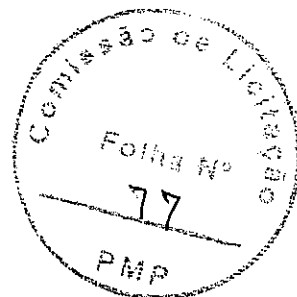
(carimbo e assinatura do representante legal)

Handwritten signature

Handwritten signature



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



**ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº: _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICIPIO DE
PINDORETAMA/CE, ATRAVÉS DA SECRETARIA
DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO
SOCIAL, COM: (NOME DA LICITANTE
CONTRATADA), PARA O FIM QUE A SEGUIR SE
DECLARA.

A Prefeitura do Município de Pindoretama/CE, com sede na Rua Juvenal Gondim, n.º 221, Centro, CEP: 62.860-000, Pindoretama, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ/MF n.º 23.563.448/0001-19, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, representada, nesse caso, por (Secretário(a) / Ordenador(a) de Despesas), tendo como Autoridade Superior o(a) Sr.(a) (nome do Secretário(a) ou Ordenar(a) de Despesas), inscrito(a) na RFB sob o n.º 000.000.000-00, doravante denominada de CONTRATANTE com (nome da licitante contratada), situada no endereço: (DESCREVER ENDEREÇO COMPLETO), inscrita na RFB sob o n.º 00.000.000/0000-00, representada, nesse caso por (Representante, Proprietário ou Sócio Administrador), tendo como tal o(a) Sr.(a) (nome do assinante pela contratada), inscrito(a) na RFB sob o n.º 000.000.000-00, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem firmar o presente Contrato, decorrente de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, e em conformidade com as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93, posteriores alterações e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento:

- 1.1.1 - As determinações da Lei n.º 8.666/93;
- 1.1.2 - O Pregão Eletrônico n.º 20181119.01-PE;
- 1.1.3 - A proposta de preços da CONTRATADA constante do Pregão Eletrônico;
- 1.1.4 - Os Preceitos do Direito Público;
- 1.1.5 - As Disposições do Direito Privado;
- 1.1.6 - Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos.

CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem como objeto: **Contratação para o fornecimento, sob demanda, de alimentação (tipo lanche), neste compreendidos alimentos prontos, in natura e bebidas, destinados a realização dos encontros e oficinas necessários ao desenvolvimento das ações socioeducativas, para atender as necessidades da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, para ano de 2019 no Município de Pindoretama/CE.**

CLAUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 - O serviço será executado pelo regime de **Indireta empreitada por preço unitário.**

CLAUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 - O valor do contrato importa o global de **R\$ 000.000,00 (valor por extenso).**

ANEXAR TABELA COM ITEM(NS) E PREÇOS CONSOLIDADOS



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 - Será permitido o reajustamento do valor contratual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) da Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do Contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste, podendo, a critério da Autoridade Superior, ser feito por simples apostila, em conformidade com § 8º, do Art. 65, da Lei 8.666/93.

5.2 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do Art. 65, Inciso II, Alínea "d", da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado proporcionalmente à execução do serviço, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada;

6.2 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

6.3 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo Art. 12º da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime;

6.4 - O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por Cheque Nominal;

6.5 - A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato;

6.6 - A Liberação do pagamento fica condicionada à apresentação de documentos em originais, xerocópia acompanhadas dos originais ou de xerocópia autenticada, da regularidade para com as Fazendas Federal (CND Tributos Federais), Estadual (CND Tributos Estaduais), Municipal (CND Tributos Municipais) e Trabalhista (CND Trabalhista);

6.7 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação por qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas contratuais correrão por conta das discriminações abaixo relacionadas:

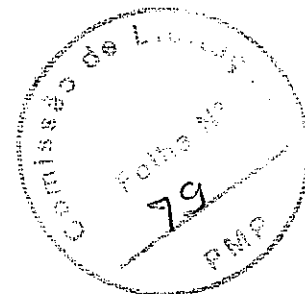
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESAS	ORIGEM DOS RECURSOS
0801.08.244.0202.2061 – Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica.	33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	1311000000

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 - A vigência do contrato ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário, iniciando com a sua assinatura, e findando em 31 de dezembro do exercício em que for firmado, nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogada por períodos sucessivos, limitada sua duração em 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, do artigo 57, da Lei nº. 8.666, de 1993.



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - São deveres da CONTRATANTE:

- 9.1.1 - Fiscalizar a realização do serviço contratado;
- 9.1.2 - Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;
- 9.1.3 - Assistir a CONTRATADA na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- 9.1.4 - Exigir da CONTRATADA a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;
- 9.1.5 - Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pela CONTRATADA, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos;
- 9.1.6 - Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato;
- 9.1.7 - Determinar a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- 9.1.8 - Conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas;
- 9.1.9 - Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção.

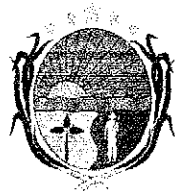
CLAUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - São deveres da CONTRATADA:

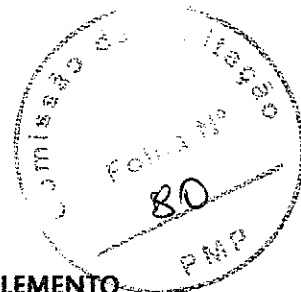
- 10.1.1 - Recrutar elementos habilitados e com experiência para tal fim;
- 10.1.2 - Executar o serviço através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou falta que venha a cometer no desempenho de suas funções, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;
- 10.1.3 - Facilitar a ação da fiscalização na inspeção do serviço, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 10.1.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.
- 10.1.5 - Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação do serviço contratado, inclusive quanto à mão-de-obra, salários, alimentação, estadia, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, assim como lucros, despesas administrativas, riscos, transportes, seguros e demais ônus fiscais;
- 10.1.6 - Manter durante toda a execução do projeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.1.7 - A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos do art. 65, §1, da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

- 11.1 - Serão aceitas subcontratações de outros bens e serviços para a execução do contrato original até o limite de 20% (vinte por cento) do valor contratado. Contudo, em qualquer situação, a CONTRATADA é a única e integral responsável pela execução global do contrato.
- 11.2 - Em hipótese nenhuma, haverá relacionamento contratual ou legal da CONTRATANTE com os subcontratados.
- 11.3 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utilização de subcontratações por razões técnicas ou administrativas, visando unicamente a perfeita execução do contrato.



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

12.1 - Em caso de inexecução total ou parcial ou desobediência de alguma das cláusulas contratuais, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, às seguintes penalidades:

12.1.1 - Advertência;

12.1.2 - Multa;

12.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Administração, por prazo de até 02 (dois) anos;

12.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2 - A multa prevista nesta cláusula será de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

12.3 - As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.4 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação, podendo a CONTRATANTE, para isso, descontá-las das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente.

12.5 - O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade, nem de cumprir o objeto do contrato.

12.6 - A CONTRATANTE deverá cientificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada na execução do objeto, para as providências cabíveis.

12.7 - As penalidades somente deixarão de ser aplicadas em razão de circunstâncias excepcionais, e a justificativa só será aceita por escrito, fundamentada em fato real e facilmente comprovável, a critério da CONTRATANTE, desde que formulada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que foram aplicadas, indicando-se ainda o número do processo administrativo a que se refere, protocolado junto a CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1 - O recebimento do objeto será feito apenas de forma parcial, quando solicitado pela CONTRATANTE na forma de ordem de fornecimento, obedecendo ao cronograma descrito na mesma.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

14.1 - Este Contrato fica vinculado aos termos do Pregão Eletrônico mencionado na cláusula primeira deste termo, cuja realização decorreu da autorização da Autoridade Superior por ele responsável.

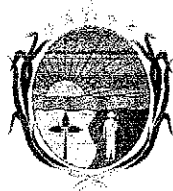
14.2 - Serão partes integrantes deste Contrato, o Pregão Eletrônico já mencionado anteriormente e todos os seus anexos, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

15.1 - Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 - A publicação resumida do presente contrato será providenciada pela Autoridade Superior do mesmo, mediante publicação na Imprensa Oficial do Município consoante o estabelecido pelo Inciso XIII do Art. 6º da Lei 8.666/93.



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social



CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1 - A critério da Administração e conforme o caso poderá ser exigido prestação de garantia para esta contratação visando à segurança da execução do contrato e eventuais alterações.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Agente Público _____ portador do CPF nº _____, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLAUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

19.1 - Constituem motivos incondicionais para rescisão do presente contrato, as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLAUSULA VIGÉSIMA – DO CASO DE FORÇA MAIOR, FORTUITO OU OMISSO

20.1 - Tal como prescrito em Lei, a CONTRATANTE e a CONTRATADA não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos de força maior ou fortuitos, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - A CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de força maior e caso fortuito.

21.2 - Nos casos omissos ou divergentes sobre especificações constantes do Pregão Eletrônico que gerou este contrato, prevalecerá a interpretação do Pregoeiro.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 - As questões decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo Foro da Comarca de Pindoretama/CE.

22.2 - E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE, CONTRATADA e testemunhas.

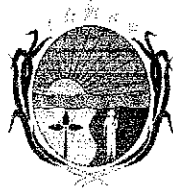
Pindoretama-CE, ___ de _____ de 20___

CONTRATANTE

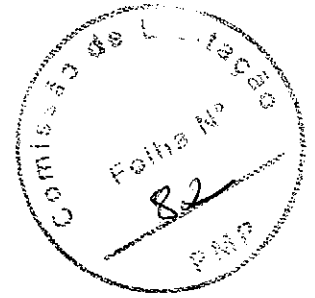
CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



**PREFEITURA DE
PINDORETAMA**
*Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social*



**ANEXO VII
JUSTIFICATIVA DE IMPEDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA/CE.
PROCESSO N.º: 20181119.01-PE.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.
DATA DE ABERTURA: 11/12/2018.
HORÁRIO DE ABERTURA: 09h00m.

Esta Municipalidade vem por meio desta, perante o procedimento administrativo em epígrafe, apresentar adiante, as justificativas necessárias que levaram ao impedimento da participação de empresas na forma de consórcio.

Primeiramente a Lei de Licitações, mais precisamente no caput do seu Art. 33, sustenta a discricionariedade da Administração Pública promover ou não, a participação de empresas em regime de consórcio. Portanto, resta sacramentado o poder da administração de tal vedação sem ferimento à legislação vigente.

Além do mais, a Administração Pública não teria vantagem na contratação de empresas em regime de consórcio em razão das mesmas passar a ter responsabilidade solidária no tocante às obrigações trabalhista e previdenciária, proporcionando riscos à contratação pretendida, isto porque, pode ocorrer de uma das integrantes, por exemplo, ter seus bens bloqueados pela justiça, em prevenção de pagamento de dívidas, gerando graves repercussões para o cumprimento do pacto celebrado.

Indo mais além, a contratação também seria prejudicada, quando uma empresa depender da outra para a execução do contrato e essa não ser assistida, fato que indiscutivelmente acarretaria atrasos na sua execução ou até mesmo a não execução contratual.

Contudo, de forma preventiva e responsável, esta Administração Pública, prezando pela eficácia dos seus procedimentos administrativos, resolve impedir a participação, nesta licitação, de empresas em regime de consórcio.

Pindoretama-CE, 23 de Novembro de 2018.


Joana Alves de Aguiar Rodrigues
Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social de Pindoretama